

Hierarquia e disciplina: Uma análise da relação de ensino-aprendizagem no curso de Tecnólogo em Segurança Pública e Social

Dylla Neves¹

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso apresenta as características observadas na relação de ensino-aprendizagem dentro do Tecnólogo em Segurança Pública e Social. O Diferencial do curso é que 73% do corpo de alunos são Praças da Polícia Militar. A relação destes alunos com a universidade nos mostra as diferentes noções de hierarquia e disciplina, onde num universo e no outro significam coisas diferentes. O enfoque é no confronto dessas duas moralidades e os conflitos surgidos a partir de então.

Palavras chave: Universidade, Polícia Militar, Hierarquia, Disciplina.

ABSTRACT

This course completion work presents the characteristics observed in the teaching-learning relationship within the Public and Social Security Technologist. The difference of the course is that 73% of the student body are Military Police Officers. The relationship between these students and the university shows us the different notions of hierarchy and discipline, where in one universe and in another they mean different things. The focus is on the confrontation of these two moralities and the conflicts that arose from then on.

Keywords: University, Military Police, Hierarchy, Discipline.

Introdução

¹ Graduada em Segurança Pública pela UFF.

Este capítulo apresenta uma análise da relação de ensino-aprendizagem no curso de Tecnólogo em Segurança Pública e Social. A entrada é exclusiva para “profissionais da carreira de segurança pública”, com 80% das vagas reservadas para Policiais Militares e Policiais Civis. Os 20% restantes são preenchidos por profissionais como Guardas Municipais, Agentes Penitenciários, Militares das forças armadas, entre outros. Em 2016, as Praças da Polícia militar representavam a maior parte dos alunos correspondendo a 76% do total. Naquele ano, contávamos com 3.217 inscritos no curso, e a cada semestre somavam-se mais 950, distribuídos em 12 diferentes polos pelo Rio de Janeiro. O quadro contava com 27 Coordenadores de disciplina e 167 articuladores acadêmicos (presenciais e a distância), muitos dos quais trabalhavam com carga horária dobrada ou em mais de uma disciplina.

O Projeto Pedagógico do Curso foca na análise de reflexões e práticas do ponto de vista da sociedade, construídas a partir de demandas de transferência de conhecimento pelas instituições, em vez de se basear apenas no saber prático das tradicionais instituições de Segurança Pública. O curso, oferecido na modalidade semipresencial, foi desenvolvido a partir das experiências do Bacharelado Presencial em Segurança Pública e Social, sendo uma continuidade e evolução desse último.

Como aluna do Bacharelado em Segurança Pública e Social na UFF, trabalho na secretaria do curso semipresencial e, dentro do mesmo curso, atuo como articuladora a distância. Essa experiência me levou a perceber os constantes conflitos gerados pelas diferentes concepções militar e civil dentro da universidade. Essas duas moralidades foram postas em confronto dentro de um mesmo ambiente, fazendo com que essa convivência me fizesse observar as naturezas dos conflitos gerados que, em sua maioria, tem a ver com a polissemia das palavras “hierarquia” e “disciplina”.

Através dos conflitos descritos, notamos dois *ethos* muito diferentes: o da universidade e o da caserna. Foram necessários dois anos e meio de inúmeros encontros entre coordenação de curso, de polo e alunos para que os alunos estivessem socializados com a universidade.

Um caso em particular foi crucial para que eu decidisse que pesquisar sobre a relação de ensino-aprendizagem no curso. Durante uma avaliação do primeiro período, os

dois *ethos* foram colocados em confronto. Um tutor comentou na correção de uma prova: “Você está com discurso de policial e não de estudante de SP [segurança pública]”, atribuindo uma nota baixa à questão. Esse comentário revela que a condição de policial do aluno e seu “*discurso de policial*” foram vistos como impedimento para uma resposta satisfatória, sugerindo que ele deveria mudar sua abordagem.

O aluno encaminhou uma carta de três páginas ao Coordenador de Curso e a todos os alunos da disciplina, respondendo ao tutor que seu “*discurso*” era de polícia e que ele tinha orgulho disso, assim como de sua identidade. A seguir a carta:

“A Ditadura das Correções das Avaliações Presenciais Subjetivas
Senhor Coordenador do Curso de Tecnólogo em Segurança Pública
É com respeito que me dirijo ao senhor para relatar situações pertinentes ao nosso curso que considero prejudiciais ao bom desempenho dos formandos e que são passíveis de serem melhoradas. Recentemente tive a necessidade de solicitar revisão de AP em uma disciplina cuja nota não considerei justa e tão pouco apropriado o comentário feito pelo avaliador no corpo da prova.
Começo abordando o seguinte comentário feito pelo tutor responsável pela correção da minha prova, em uma questão, após desconsiderar meus argumentos na resposta: “Você está com discurso de policial e não de estudante de SP”. Não o achei apropriado e tampouco produtivo para auxiliar um aluno em início de curso a melhorar seu desempenho. Sobretudo por se tratar de um curso fechado e direcionado à policiais.
Senhor coordenador, não poderia e não gostaria de afirmar que o comentário fora preconceituoso com relação a minha condição de policial da qual me orgulho e que por muitas vezes me faz sentir uma agradável sensação de bem-estar por ter feito diferença positiva na vida de um estranho. É também verdade que muitas vezes a frustração toma conta de mim quando os acontecimentos são maiores do que minha condição de policial seja capaz de remediar. Todavia o comentário em questão causou-me um sentimento de discriminação e de perplexidade que me fez sentir a necessidade de me dirigir ao senhor por meio desta missiva.
Como o senhor bem sabe, a personalidade de uma pessoa é forjada tanto por fatores hereditários como por estímulos do meio. Qualquer ser humano psíquico e minimamente saudável possui apenas um tipo de personalidade que se manifesta nas mais variadas situações. E eu como pai, esposo, policial, cidadão, estudante... felizmente não fujo a regra. Logo, senhor coordenador, qualquer manifestação de minha opinião em qualquer debate será sempre reflexo da minha única personalidade.
É fato que como aluno do primeiro semestre do meu curso estou longe de possuir um arcabouço teórico intelectual que me permita desenvolver ideias e construir textos que possam ser taxados de brilhantes. Não obstante, estou convencido de que meu desempenho na API [primeira avaliação presencial] mereça muito mais do que a vexatória nota que me fora atribuída. Contudo estou aberto ao diálogo, pois acredito que seja fundamental o papel de um mestre no desenvolvimento do aluno. As críticas do mestre são valiosas no processo de aprendizagem e suponho que devam ser direcionadas de forma a permitir que o aluno corrija sua rota quando se

distancia do seu caminho. Principalmente em um curso como o nosso que possui tamanho potencial de transformação social.

Desse modo, estou convencido de que, em um processo pedagógico de alto nível, um exame deva ser utilizado como ferramenta para auxiliar na aprendizagem. Logo é mister que as avaliações dos alunos comprometidos com o curso e com muito bom desempenho em todas as outras disciplinas, inclusive na AD1 [primeira avaliação a distância] da própria matéria em questão, mereçam uma fundamentação muito melhor por parte do tutor, do que aquela que obtive, quando se dá a esse aluno uma nota próxima de zero e que compromete todo o restante do seu semestre.

Nesse ponto, gostaria de sugerir que após as APs [avaliações presenciais] fosse instituída nas disciplinas uma semana de debates das mesmas, como meio de se tirar maior proveito deste desgastante processo de realização de provas. Ainda mais quando um exame apresenta poucas questões e que permitem amplas argumentações onde a subjetividade tanto do aluno como do professor aflora.

É nesse ponto que o professor deve fundamentar bem sua avaliação para que o aluno possa compreender, discutir e ter elementos que lhe permitam corrigir sua linha de raciocínio. Da forma como as APs [avaliações presenciais] se dão hoje, ao receber uma nota muito baixa, o aluno sente-se desmotivado e sem mecanismos que lhe aponte que a superação é possível, transformando-as assim em uma ferramenta por vezes perversa e até cruel.

Com relação à forma como a prova nos é disponibilizada para que efetuemos o pedido de reavaliação da nota, tenho a dizer que é quase um convite a que não seja exercido esse direito, pois o aluno não pode fotocopiar a prova, não tem acesso ao gabarito da mesma no instante em que pede sua revisão e é obrigado a fazê-lo em uma secretaria na qual a todo o momento é interrompido pelo andamento do trabalho dos servidores que lá labutam. Deixo bem claro que esses servidores são pessoas solícitas que de forma alguma tem responsabilidade na dinâmica que ora relato. Cabe ressaltar também que no formulário de recurso disposto ao aluno, este tem exíguas linhas para a confecção de seu recurso. É bem verdade que o aluno pode solicitar outro formulário se entender que necessita de mais espaço, todavia isso é prejudicial à linha de raciocínio e prejudica o recurso. Sem mencionar o fato de que o revisor da prova possui no mesmo formulário espaço maior para suas justificativas.

Senhor coordenador, o fracasso de um aluno comprometido com o curso não é somente desse aluno. Ele é também dos seus tutores, da coordenação do curso, da instituição e em última análise da própria sociedade que investiu recursos no aluno e que apesar do esforço deste não conseguiu lograr êxito. O aluno é aquele que arca com as frustrações do fracasso, mas talvez, e apenas talvez, seja o menos culpado.

Peço licença para divulgar essa carta na plataforma, pois creio que ela contribua para o debate e talvez encoraje outros a não desistir logo no início do curso em razão de uma avaliação extremamente negativa e isolada no conjunto do esforço individual de cada um.”

A Entrada no Tecnólogo

Meu envolvimento com o Tecnólogo se deu pela existência do bacharelado presencial de Segurança Pública e Social. Fui aprovada pelo ENEM em 2012 para o primeiro semestre do curso, que era novo e não tinha turmas anteriores. Por isso, não havia ninguém

no meu círculo familiar com experiência para me explicar exatamente do que o curso se tratava.

Na época da inscrição pelo SISU (site de inscrição do ENEM), estava indecisa entre contabilidade e segurança pública. Embora conhecesse melhor o mercado de Contabilidade, com parentes e amigos formados na área, porém, não era um curso que me atraía. Na verdade eu nem me imaginava cursando uma graduação até que, ao ver a lista de cursos, me deparei com o Bacharelado em Segurança Pública e Social, na UFF. Fiz uma rápida pesquisa no Google e encontrei uma instituição particular no sul do país que oferecia um projeto pedagógico focado em formação instrucional em segurança pública, com aulas de estratégia de segurança física, defesa pessoal, tiro e um longo currículo de disciplinas de cunho instrumental.

Isso me empolgou — eu queria aprender a me defender e, de certa forma, achava que estava prestes a me tornar policial. Conteí a todos da família que eu havia escolhido e sido aprovada em um curso que, muito provavelmente, iria me inserir na carreira policial. Naquele momento, eu realmente não tinha ideia do que envolvia essa escolha e acabara de sair do ensino médio, romantizando os aspectos do curso.

Entrei no curso com as aulas já em andamento. No dia da minha inscrição, já estava acontecendo uma aula e havia um texto para ser discutido. Como não queria ir sem ter lido nada, descobri o nome do texto de forma superficial e fiz uma rápida pesquisa no *google*. Li alguns resumos e fui para aula. Era aula do Prof. Lenin Pires, que na época era também coordenador de curso. Abri meu caderno com as anotações de *O Pequeno Príncipe*, de Antoine de Saint-Exupéry, quando, na verdade, eu deveria ter lido *O Príncipe*, de Maquiavel. Fiquei em silêncio durante toda a aula, pois realmente não entendia nada. No final, conversei com o professor, comprei o livro, li e comecei a me familiarizar com o curso, que, por sinal, não tinha relação com a formação instrucional de um policial que eu havia pesquisado no início

Com o passar do tempo, passei a compreender muitos aspectos sobre a segurança pública no Brasil por meio de um curso de cunho reflexivo, que promovia discussões fundamentadas nas ciências sociais e sociais aplicadas. A abordagem de comparação por

contraste possibilitou refletir sobre as diferenças em outros contextos institucionais e seus reais significados. Muitas vezes, ao comparar por semelhança, os símbolos podem parecer semelhantes, mas seus significados são completamente distintos. O estudo da perspectiva social, as etnografias em grandes instituições e as importantes reflexões que surgiram foram tudo o que eu não esperava, mas que me ajudaram a entender os dilemas da segurança pública.

Como aluna da primeira turma do bacharelado presencial, vi o curso crescer e tomar a dimensão que tem hoje. O Curso começou com quatro professores integrando o quadro do departamento, apenas um funcionário na secretaria e muitas outras questões que, como num curso novo, foram aprendidas por todos juntos. Como aluna da primeira turma, em 2013 integrei o primeiro quadro de monitores do curso, eu e mais três colegas. Todos aprovados para dar monitoria de disciplinas, ajudando alunos de outras novas turmas. A monitoria foi minha primeira responsabilidade acadêmica. Depois participei de uma pesquisa “Crimes de repercussão x crimes comuns: a administração judicial de conflitos no estado do Rio de Janeiro” sobre casos de crimes comuns e crimes de repercussão midiática, com enfoque no caso Amarildo, da época, orientado pela antropóloga Lucia Eilbaum.

Passei por duas longas greves, a de 2012 e a de 2014. No final da segunda, fui convidada pelo Professor Pedro Heitor Barros Geraldo, o então Coordenador do Tecnólogo, para estagiar com uma bolsa de apoio técnico pelo CNPq na secretaria do curso a distância, pois o mesmo secretário que administrava o bacharelado era também o único secretário do Tecnólogo. Com o acúmulo de trabalho, fazia necessário mais uma pessoa para integrar o quadro de funcionários da secretaria para dividir as responsabilidades.

Em janeiro de 2015, iniciei o estágio de apoio técnico. Comecei apenas observando para, primeiro, aprender a rotina e como eram os e-mails recebidos e suas respostas. Além disso, tive que aprender a grande configuração entre instâncias governamentais que envolviam o Estado, a União e os municípios; todas as diretorias, todas as funções e atribuições de articuladores presenciais; tutores à distância, mediadores acadêmicos e diretores de polo.

Comecei a participar das rotinas administrativas sob a supervisão do Cláudio, secretário do Curso, que me orientava sobre como responder e-mails e resolver as questões apresentadas. Aprendi a receber, registrar e enviar provas, além de me familiarizar com o sistema de lançamento de notas e a plataforma *Moodle*, que é onde a maioria das atividades acontecem. Muitas lições foram aprendidas para que minha contribuição fosse realmente útil naquele ambiente.

Ao longo do ano, participei de inúmeras reuniões com os alunos, durante as quais sempre fiz anotações e observações pessoais. Tudo o que observava me parecia muito novo e digno de registro, dada a riqueza dos confrontos entre diferentes visões de mundo.

Estive em aulas inaugurais, visitas acadêmicas, visitas informais de Coordenação de Curso a alguns polos para conversar com alunos e tutores presenciais sobre as dificuldades e desafios que passavam para concluir o curso. Frequentemente mantendo contato com todos envolvidos no curso, através de e-mail institucional da Coordenação de Curso. Neste é onde acontece o relacionamento entre Coordenação de Curso e alunos que o utilizam para enviar suas demandas. Por se tratar de um curso semipresencial, é muito raro encontrar fisicamente com os alunos na Coordenação. Os encontros acontecem pela plataforma Moodle ou pelo e-mail ou, para outros assuntos, nas tutorias presenciais nos polos.

Em meados de 2015, o CEDERJ alterou o edital de inscrição de tutores a distância para abranger alunos da graduação presencial. Assim, quem fosse selecionado, faria parte do quadro de tutores do Curso de Tecnólogo. Embora o valor da bolsa, por estar na posição de graduando, fosse metade do que um tutor formado recebe, a experiência era tão enriquecedora quanto. Diante disso, inscrevi-me e, conseqüentemente, passei para duas disciplinas: Introdução à Educação a Distância e Estado; e Direito e Cidadania. Vale frisar que ambas são matérias do primeiro período do curso, onde os alunos estão entrando e se adaptando aos ambientes virtuais de aprendizagem.

Naquele momento, eu passei a ocupar três posições dentro do ambiente estudado: era aluna da graduação presencial, trabalhava na secretaria do curso e fazia parte do quadro de tutores à distância.

O que me incentivou a iniciar a perspectiva do trabalho de conclusão de curso foi um evento significativo do curso que ocorreu pouco depois da minha entrada como estagiária de apoio técnico da Coordenação.

Durante a aplicação de uma AP, um aluno foi pego colando e a tutora que acompanhava os alunos, percebendo o ocorrido, pediu para que o mesmo guardasse o papel que estava sobre a mesa. A primeira reação do aluno foi colocar a mão em sua arma, alocada em sua cintura, e dizer ao tutor que se “encontrariam lá fora”. Logo após esse episódio, o aluno conversou com o tutor, pediu desculpas e tudo acabou se resolvendo sem mais conflitos. O que me chamou a atenção, nesse caso, foi o arrependimento do aluno por temer que a instituição acadêmica entrasse em contato com sua instituição profissional. Certamente, o aluno temia o castigo relacionado às possíveis sanções da instituição militar que recai sobre o seu corpo.

Esse caso me impactou, mas não foi o determinante para que eu decidisse que os acontecimentos surgidos, decorrentes da relação de ensino-aprendizagem, entre civis e militares seria o objeto de minha monografia.

Para uma observação participante da posição em que eu me encontrava, era necessário, em primeiro lugar, um estranhamento para que eu não naturalizasse aquelas relações, que poderiam se dar em qualquer outro ambiente, mas se desenrolavam dentro do meu campo acadêmico e de trabalho. Em segundo lugar, era fundamental observar como se dava a convivência entre tutores, coordenadores de disciplina, diretoras de polo (onde todos são civis) e suas relações de ensino-aprendizagem, com um curso que contava com 76% de alunos policiais militares e profissionais de outras carreiras da segurança pública.

Essa pesquisa deixa de lado uma metodologia qualitativa, pois examino as formas de atuação e a percepção dos atores que configuram o Curso de Tecnólogo em Segurança Pública e Social e as configurações da relação dos alunos com o curso. Fiz anotações ao longo de um ano, buscando compreender o sentido das ações dos indivíduos e observando suas rotinas cotidianas dentro do “Tecnólogo”. Anotando situações recorrentes, onde muitas vezes se davam pelo confronto do *ethos* militar com o universitário. Observei como se davam os conflitos e como eles eram administrados.

Participei de aulas inaugurais, visitas acadêmicas, e, diariamente, no universo do e-mail institucional. Neste é onde acontece o relacionamento entre Coordenação de Curso e alunos que o utilizam para enviar suas demandas. Por se tratar de um curso semipresencial, é muito raro encontrar fisicamente com os alunos na Coordenação. Os encontros acontecem pela plataforma Moodle ou pelo e-mail ou, para outros assuntos, nas tutorias presenciais nos polos.

A observação se fazia numa posição delicada e, ao mesmo tempo, complexa, pois era aluna, tinha familiares militares e também integrava o quadro de tutoria e várias posições no Curso. A consciência desta posição me permitia estranhar as relações e compreender a minha socialização anterior para não naturalizar todos os acontecimentos.

A partir do caso explicitado, comecei a fazer anotações dos acontecimentos marcantes e corriqueiros, pois todos eles tinham em sua configuração os mesmos lados confrontados: militares e civis dentro de um ambiente acadêmico. Acredito que a apresentação dos conflitos aqui presentes podem incentivar a todos os alunos e leitores a passar a estranhar e estudar os campos em que estão inseridos.

O objetivo de descrever essas relações revela quão ricas podem ser as configurações da relação ensino-aprendizagem. Em vez de excluir aqueles que desejam aprender, é importante mostrar que não devemos considerar tudo como natural. Portanto, devemos estranhar e questionar as relações no mundo em que vivemos para configurar “uma forma peculiar de ver o mundo e as suas representações, partindo sempre, necessariamente, de um surpreender-se com tudo aquilo que, aos olhos dos outros, parece natural” (KANT DE LIMA, LUPETTI, 2010, p. 3). Assim exposto, o lugar que eu pertenço nesse campo, como aluna-secretária-tutora, influenciou diretamente nas minhas metodologias de pesquisa.

O Ensino a Distância no Tecnólogo em Segurança Pública e Social

Com as novas dinâmicas sociais, que fazem com que os indivíduos necessitem otimizar o máximo de tempo possível em pequenas ações, e o atual momento da globalização ao qual nos encontramos, percebemos que cada vez mais conseguimos atribuir essas funções

aos aparatos tecnológicos. Pagamos contas, falamos com pessoas do outro lado do mundo, lemos livros e até nos relacionamos pelo computador, tablet, smartphones etc. Tudo para que consigamos economizar tempo com aquilo que pode ser mais prático, facilitando nosso dia a dia e permitindo que possamos nos dedicar a coisas que julgamos mais importantes.

Com o ensino não é diferente. A possibilidade de realizar cursos e até se formar em uma graduação de educação a distância tem se proliferado cada vez mais. A procura cresce à medida que se percebe que a educação a distância não é algo momentâneo ou passageiro, mas sim definitivo. Os dados observados no censo INEP/MEC (2008) apontam um crescimento de 600% no período de 2002 a 2007 nos cursos na modalidade EaD (GARELLI; 2013). Em 2004 a educação superior a distância no Brasil tinha cerca de 60 mil alunos matriculados e em 2016 atingiu 1,5 milhão alunos com matrícula ativa. (BIELSCHOWSKY, 2018)

O ensino a distância valorizou-se conforme a evolução dos aparatos tecnológicos, pois este é a base da evolução da EaD, quanto mais possibilidades e técnicas aperfeiçoadas de transmitir saberes e conhecimentos, mais eficaz é a transmissão de ensino na EaD. Ser a base da EaD não significa dizer que o ensino a distância só passou a existir quando mídias mais eficazes começaram a surgir, mas sim que os aparatos tecnológicos impulsionaram a sua difusão.

Para um aproveitamento pleno das vantagens do tempo/espço das tecnologias, é preciso que muitos fatores estejam envolvidos, pois muitas funções devem ser cumpridas para um curso a distância ser eficaz. Alguém deve criar o conteúdo, estudar para criar essas informações e é necessário um tutor mediador entre aluno e o conteúdo disciplinar. Ou seja, é necessária uma equipe multidisciplinar, de inúmeras funções, para que esse meio possa atravessar fronteiras com o maior nível de qualidade e aproveitamento possível.

O conteúdo e o tipo de conteúdo criado são itens qualitativos fundamentais na avaliação da qualidade de um programa, que deve promover o diálogo entre seus participantes e contar com uma estrutura de apoio institucional. A estrutura tem a ver com o ambiente virtual disponibilizado, que deve ter espaços bem definidos, a organização e a disponibilidade do material didático, das atividades que compõem o programa e do cronograma a ser respeitado. O diálogo, por sua vez, envolve a mediação entre profissionais

de ensino e os alunos, além das possibilidades de comunicação que se estabelecem entre eles. Os aparatos da tecnologia de informação e comunicação, são fios condutores do programa do curso de educação a distância. Dando ao aluno uma previsibilidade sobre o período letivo e todo o conteúdo pragmático que será dado, assim como as datas de avaliação e das tutorias presenciais.

A educação a distância proporciona novas oportunidades para uma formação educacional mais aprimorada em uma sociedade moderna, onde a especialização profissional é cada vez mais exigida. Ademais, a EaD é uma alternativa para aqueles que não têm tempo ou enfrentam dificuldades de locomoção para participar das aulas presenciais. Essa modalidade permite que os estudantes se dediquem de forma individual aos seus estudos, oferecendo autonomia e flexibilidade da gestão do seu tempo. Acrescenta-se ainda a capacidade que essa tecnologia tem de formar, em quantidade, muito mais alunos do que um curso presencial, pois não existem problemas com a alocação de pessoas em salas físicas, tornando-se mais abrangente e alcançando muito mais alunos. A qualidade de ensino não é afetada, a partir do momento em que a instituição assume o compromisso de manter suas salas virtuais atualizadas e de apoiar os alunos, oferecendo meios para que possam esclarecer dúvidas e se manter informados sobre os conteúdos. Isso reforça a importância do diálogo no processo educacional.

Uma das consequências dessa modalidade de ensino é a disciplina que o aluno precisa desenvolver para estudar e se organizar, de uma maneira que possa manter as leituras e os exercícios em dia, para que não se atrase no conteúdo. Na EAD, o aluno é o responsável pelo seu próprio processo de aprendizagem, precisando desenvolver competências, habilidades e hábitos de estudo diferentes do ensino presencial. **Essa autonomia traz** uma responsabilidade e um compromisso significativamente maiores com a dinâmica de ensino, pois, ao gerenciar sua aprendizagem, o aluno pode escolher o conteúdo que deseja estudar, aumentando assim sua independência.

O aluno precisa estar fisicamente presente apenas nos cursos que utilizam o método semipresencial, onde a presença é necessária para avaliações agendadas previamente, permitindo que se organize para comparecer na data marcada. Nessa modalidade,

especificamente no Consórcio CEDERJ, há tutorias presenciais que são facultativas para os alunos. O objetivo dessas tutorias não é realizar aulas expositivas, mas sim dialogar sobre as dúvidas e incentivar os alunos a estudar, oferecendo suporte presencial.

No Brasil, a legislação define a EaD como modalidade a distância, contudo, a Resolução 1/2007 da Câmara de Ensino Superior/Conselho Nacional de Educação – CES/CNE dispõe que os cursos lato sensu na modalidade a distância deverão incluir, necessariamente, provas presenciais e defesa presencial individual de monografia ou trabalho de conclusão de curso (GARELLI, 2013).

O Tecnólogo em Segurança Pública e Social é oferecido na cidade do Rio de Janeiro, em consórcio com o CEDERJ, em 12 diferentes locais com regime semipresencial. Desta forma, os 12 polos são pontos de encontro para tutorias presenciais e eventos acadêmicos.

A Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CECERJ) é um órgão Estadual que desenvolve em consórcio com o CEDERJ projetos na área da educação superior a distância. Alcança diretamente mais de 60 mil pessoas por ano em mais de 90 municípios do Rio de Janeiro. Tem parceria com 7 Instituições públicas de Ensino Superior, sendo elas: Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e finalmente Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET)².

Logo, por se tratar da articulação de esforços de três instâncias - Municipal, Estadual e Federal - sua organização já é uma inovação por si só, mas o foco aqui é conseguir situar o leitor no ambiente que o curso do Tecnólogo se desenvolve para que se compreendam a natureza dos conflitos.

² Para saber mais acesse: <<http://cederj.edu.br/fundacao/sobre/>>. Acesso em: 10 janeiro 2016.

Para o funcionamento da graduação que não é totalmente a distância, mas sim de categoria semipresencial, o CEDERJ conta com parceria do Governo Municipal para a realização dos encontros presenciais.

Nessa parceria, o Município oferece escolas públicas municipais para os encontros presenciais que ocorrem ao longo do semestre, incluindo as Avaliações Presenciais (AP), que são realizadas semestralmente, com duas avaliações obrigatórias e uma suplementar, para alunos que não atingirem a média. Essas avaliações acontecem sempre em um final de semana, e as datas são divulgadas no início do semestre, permitindo que todos se organizem para estar presente.

A aula inaugural, que ocorre no início de cada período, tem como intuito apresentar a instituição aos novos alunos, proporcionando a oportunidade de conhecer seus colegas. Nessa ocasião, a Instituição de Ensino associada ao curso também participa, apresentando seu projeto pedagógico, disciplinas, funcionamento do semestre e outras informações relevantes.

Além disso, a Visita Acadêmica, um encontro que ocorre uma vez por semestre para cada curso do Consórcio, complementa essa interação. Este evento conta com a presença de um representante do Curso, que tem a função de esclarecer eventuais dúvidas dos alunos e apresentar seu trabalho de pesquisa. Os alunos também podem levar questões aos palestrantes, que são posteriormente discutidas nas reuniões da Coordenação de Curso. Por outro lado, as tutorias presenciais, oferecidas semanalmente até a metade do curso, permitem que os alunos tirem suas dúvidas e interajam com os colegas de disciplina. As coordenações de polo organizam, junto aos tutores presenciais, horários durante a semana para facilitar esse apoio.

Os encontros presenciais mencionados não são obrigatórios para os alunos, mas a participação é altamente benéfica para sua formação. Esses encontros têm um foco acadêmico e sempre trazem novidades que enriquecem a experiência dos alunos.

Os encontros a distância são feitos pela plataforma Moodle do CEDERJ. Nesta plataforma é possível entrar em contato com os tutores através da ferramenta "sala de tutoria". A sala de tutoria funciona não somente como um ambiente virtual, onde o aluno

pode publicar uma pergunta e o tutor responsável, à distância, pode responder, mas também como um espaço viável para criação de grupos e troca de mensagens entre todos os participantes do curso: tutores presenciais, a distância, coordenadores de disciplina, coordenadores de curso e secretaria.

Agora, explicarei como funcionam as estruturas de coordenação do curso. Para cada curso do CEDERJ, há um Coordenador Geral, um Coordenador de Curso e um Coordenador de Tutoria, todos responsáveis em nome da Universidade. Cada disciplina conta com um Coordenador de Disciplina, que gerencia não apenas o conteúdo na plataforma, mas também o trabalho dos tutores presenciais e a distância. Os tutores presenciais atuam nos polos conforme os horários de tutoria agendados, e o número desses profissionais varia de acordo com a quantidade de alunos inscritos. A partir do quarto período, as disciplinas não oferecem mais tutorias presenciais, pois acredita-se que os alunos já tenham desenvolvido autonomia e disciplina necessárias para prosseguir com os estudos apenas com o auxílio *online*.

Os tutores a distância também seguem a proporção estabelecida, dentro do “*Tecnólogo*”: para cada 100 alunos inscritos, são necessárias 10 horas de tutoria, que é o mínimo que um tutor a distância deve cumprir na disciplina. Como resultado, muitos tutores acabam acumulando mais de 10h de tutoria — podendo chegar a um máximo de 40 horas — ou atender até 400 alunos. Algumas disciplinas poderiam ter até 1200 alunos inscritos, o que exigiria 120 horas de tutoria. No entanto, não significa que a disciplina precise ter 12 tutores, pois, devido a lógica do acúmulo de bolsas, é mais vantajoso, para a disciplina, que sua gerência tenha menos tutores com uma carga horária maior, do que mais tutores com menos carga horária. Dessa forma fica mais fácil para todos se conhecerem e manterem contato, o que é essencial durante o período letivo.

Em relação à coordenação do CEDERJ, existem diferentes diretorias: a Diretoria Acadêmica, responsável pela inscrição de coordenadores, pelo pagamento e por outras questões relacionadas à coordenação geral da instituição; a Diretoria de Tutoria, que gerencia a inscrição e carga horária dos tutores e está sempre em contato com a Coordenação de Tutoria do Curso, que sugere a formação do quadro de tutores, sendo a diretoria do CEDERJ a responsável por aprovar essas inserções; e a Diretoria de Registro Escolar, encarregada da

inscrição dos alunos não só no ato da matrícula, mas também nos sistemas virtuais, como a Plataforma Moodle e o Sistacad.

A plataforma Moodle é o ambiente virtual de aprendizagem, onde estão disponíveis todas as disciplinas em que o aluno está inscrito no semestre, além de contar com diversas ferramentas de auxílio ao aluno. O SistAcad, por sua vez, é o sistema de gerenciamento de notas, onde todas as avaliações são registradas, facilitando que os alunos acompanhem seu desempenho em provas tanto a distância quanto presencias. Vale destacar que esses sistemas não são os mesmos utilizados nas graduações presenciais.

O curso a distância teve início com o já estabelecido Bacharelado em Segurança Pública e Social, um curso presencial da Universidade Federal Fluminense. Esse programa contava com diversos profissionais atuando como docentes e coordenadores, baseando-se em um projeto pedagógico que abordava conteúdos relacionados à segurança pública de maneira reflexiva, por meio da comparação ou contraste de modelos e da administração de conflitos. Com o progresso do Bacharelado e o Projeto Pedagógico existente para o curso presencial (a primeira turma iniciou no primeiro período de 2012), surgiu, em 2013, uma demanda da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro pela criação de um curso específico para profissionais da área de Segurança Pública.

Por conseguinte, financiado pela Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e ministrado pela Universidade Federal Fluminense através do Consórcio CEDERJ de educação a distância, nasceu assim o curso de Tecnólogo em Segurança Pública e Social. O MEC definiu que esse curso a distância teria como diferencial a exclusividade para profissionais da área de Segurança Pública, diferentemente do Bacharelado e de outros cursos, presenciais ou a distância, que são abertos a todos os civis que conseguirem aprovação do vestibular. Do total de vagas disponíveis, 80% vagas eram reservadas para Policiais Militares e Policiais Civis, enquanto os 20% restantes eram preenchidos por outros profissionais da área.

A princípio, o curso oferecia por semestre somente 500 vagas para aqueles admitidos no vestibular CEDERJ, divididos em 7 polos regionais: Angra dos Reis, Itaperuna, Nova Friburgo, São Gonçalo, Campo Grande, Petrópolis e Resende. No início de 2015, o

Estado Maior da Polícia Militar do Rio de Janeiro trouxe, junto a Coordenação de Curso, a necessidade de aumentar a demanda para 950 alunos, para que fosse integrado ao projeto de reforma da carreira da Polícia Militar, que visava uma formação uniformizada para Praças e Oficiais.

Com isso, as 450 novas vagas foram distribuídas em 5 novos polos: Niterói, Barra do Piraí, Rio Bonito, Três Rios e Belford Roxo. Todavia, no final de 2015, com a troca de comando da Polícia Militar, o novo comandante alterou o projeto de unificação de entrada da PM, um novo projeto que ainda está em andamento e sendo discutido pela Coordenação de Curso sobre, que avalia todas as possibilidades e consequências dessa mudança. Até o momento, não havia uma proposta definida. o.

Em síntese, o que se sabia sobre o novo projeto é que a prova de Oficiais seria mantida, fazendo com que o curso, estritamente, pudesse ser a entrada para a prova de Praças, uma vez que os custos para a realização da prova seriam menores e tornaria o curso uma segunda formação, após o curso no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP). Após o acordo entre Coordenação de Curso e o Comando da PM, o projeto ainda estava em tramitação na ALERJ, mas foi abandonado com a troca de comando que ocorreu em seguida.

Com duração de dois anos e meio, no primeiro semestre de 2016, o curso contava com 3.217 alunos inscritos, onde se somam 950 a cada novo período. Desses alunos, 2.460 eram policiais militares, isso configura cerca de 76% de alunos PMs dentro do curso, totalizando cerca de 5,3% do efetivo de praças do estado naquele momento¹. Esse número é muito importante para compreender a dimensão que o curso alcançou em apenas dois anos e meio de existência. No final de 2015, foi comunicado à Coordenação geral do Curso que o Tecnólogo em Segurança Pública e Social tinha a maior relação candidato/vaga dentro do consórcio CEDERJ, além de apresentar a menor taxa de evasão e contar com alunos e tutores altamente participativos no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Outro aspecto importante sobre esses números é a relevância do conteúdo ministrado. O projeto pedagógico do curso (PPC) é uma inovação nos assuntos relacionados à Segurança Pública, baseado nas Ciências Sociais e nas pesquisas sobre administração

institucional de conflitos. Paralelamente, o PPC do Tecnólogo foi desenvolvido com base no já existente Bacharelado presencial, servindo como uma condensação do conteúdo desse curso, que tem duração de de 4 anos, ou 8 semestres.

Estes projetos são o resultado de anos de experiência em pesquisa, cursos de extensão e pós-graduações lato sensu, desenvolvidos pela UFF desde 1998 em parceria com diversas instituições municipais, estaduais e federais nas áreas de Justiça Criminal, Segurança Pública e Direitos Humanos. Entre as instituições parceiras estão as Prefeituras Municipais do Estado do Rio de Janeiro, o Instituto de Segurança Pública da Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, a Secretaria de Reforma do Judiciário, a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, a Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República e a União Europeia. Esses programas foram oferecidos a diferentes agentes do sistema de justiça criminal e segurança pública no país.

Toda essa experiência culminou na criação do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC), aprovado no Edital MCT 15/2008 – No total, existem 11 INCTs na área das Ciências Humanas e Sociais, com a finalidade realizar pesquisas locais e internacionais e transferir seus resultados para a sociedade, contribuindo para a inovação das tecnologias sociais voltadas para a administração institucional de conflitos, por meio da produção de etnografias empíricas. A sede do INCT-InEAC fica no Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Administração de Conflitos (NEPEAC), associado à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação da UFF.

O InEAC passou por inúmeras avaliações internacionais de fomento à pesquisa, com o Curso de Bacharelado presencial da UFF sendo considerado inovador e eficiente, na transferência de conhecimento científico para a sociedade, ao reproduzir e difundir, institucionalmente, uma tecnologia social de inovação. Em vista disso, a iniciativa do InEAC torna o Curso diferenciado, no sentido de entender a segurança pública como um campo de atuação das pesquisas e estudos das ciências sociais, em seu Projeto Pedagógico, que são aplicadas no campo da Segurança Pública e Social. Dessa forma, o curso opõe-se à ideia de compreender a segurança pública como campo disciplinar.

No Brasil, a segurança pública é frequentemente confundida com a segurança pública no ponto de vista do estado, na qual “pública” é interpretada como sinônimo de “estatal” (GERALDO; KANT, 2015). Assim, o projeto pedagógico do Curso destaca o aspecto “Social” em seu título – A Segurança Pública aqui é Social –, pois integra conhecimentos de diversas áreas, incluindo Sociologia, Direito, História, Antropologia, Ciência Política, entre outras disciplinas das Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas. Essa abordagem permite analisar como o Estado brasileiro lida com conflitos, enfatizando comparações com as experiências de sociedades democráticas e republicanas.

Além disso, o PPC focaliza a análise reflexiva das práticas de administração de conflitos do ponto de vista da sociedade, construídos através de demandas de transferência de conhecimento pelas instituições, e não apenas com base no saber prático das tradicionais instituições de Segurança Pública.

A Hierarquia e Disciplina

Os conflitos que ocorreram ao longo da existência do Curso nos mostram como as moralidades do universo militar e do acadêmico se confrontam na convivência civil-militar e na relação de ensino-aprendizagem que nela decorre..

Em particular, os significados de hierarquia e disciplina dentro da universidade e da polícia militar são distintos. Essa diferença fundamental gera muito dos conflitos, uma vez que as naturezas desses significados não se alinham, resultando em tensões entre os dois contextos.

A socialização dos policiais militares é fundamentada nos princípios e valores da hierarquia e da disciplina. A formação militar implica deixar de lado antigos valores civis, dando lugar a uma nova identidade de cunho militar. No contexto do militarismo, a hierarquia é o princípio organizacional central. Determinando quem deve obedecer e quem deve mandar (SILVA, 2013).

Por outro lado, a hierarquia na universidade não se estabelece da mesma forma que nas cadeias de comando militares. Na academia, essa hierarquia está ligada ao princípio da liberdade acadêmica, que deve ser respeitada pelos pares e não se submete à rigidez das instituições militares, que respeitam a cadeia de comando. Em suma, a hierarquia universitária é construída com base no respeito mútuo entre os colegas, considerando as posições que cada um ocupa (GERALDO; KANT, 2015).

Os conflitos presentes no Curso são evidenciados por elementos contidos na carta, que se tornam um marco no confronto entre as duas moralidades — a universitária e a militar —. Um exemplo disso é o comentário do tutor sobre a resposta do aluno em uma prova, que se baseava em questões opinativas, em vez de se ater às discussões dos textos. O tutor atentou-se para o fato de o aluno se esforçar em dialogar entre os textos na sua resposta, levando em conta que o material pedagógico do curso exige uma carga de leitura considerável, focada na interação com os textos e não na exposição de opiniões pessoais acerca do tema.

Essa prática de hierarquia de poder, e não de saber, é observada na conduta do judiciário brasileiro, nas faculdades de Direito e na construção do conhecimento jurídico, que frequentemente se dá por meio do mecanismo de oposição de ideias entre os próprios profissionais da área. No entanto, o propósito do curso é diferente.

Outro ponto a ser analisado dentro do contexto da carta é a afirmação do aluno de que merece “muito mais do que a vexatória nota”. Essa declaração, além de estar registrada na carta, reflete uma situação comum durante o período de avaliações. Muitas vezes, os alunos solicitam a revisão de notas na coordenação, sem apresentar fundamentos claros que justifiquem seu pedido.

Logo após essa afirmação, o aluno menciona o fato de como fazer o pedido de revisão de notas é um processo burocrático, já que, para fazer o pedido de revisão, é necessário que as provas presenciais retornem ao polo, para conferência dos alunos (chamado vista de prova), após serem corrigidas pelos tutores. Sendo assim, os alunos têm o prazo de cinco dias úteis para realizar o pedido, junto à coordenação do polo, utilizando um formulário específico. Esse formulário contém um cabeçalho para o aluno preencher com informações

pessoais, como polo, nome, endereço e disciplina, além de um espaço de até dez linhas para que ele argumente sobre o motivo do pedido. Trata-se de um requerimento padrão. Em relação ao espaço limitado, é comum e totalmente aceitável que o aluno escreva na parte de trás da folha ou que anexe outras folhas ao documento oficial, desde que a argumentação seja bem embasada..

Os pedidos de revisão de nota geralmente incluem argumentos como “não concordo com a nota atribuída”, “mereço mais que a nota dada” ou “eu estudei muito para tirar essa nota tão baixa”. Muitos alunos não conseguem compreender que, apesar de ser um curso voltado para profissionais da área, não se trata de uma aprovação automática. Eles costumam ler as aulas esperando apenas confirmar o que já sabem na prática, mas se deparam com discussões complexas sobre teorias sociais, configurações de diferentes sociedades e a ideia de que devemos considerar todos os fatores que as envolvem, para entendê-las de fato.

Nos pedidos de revisão de prova, muitos alunos interpretam a regra de que “ao solicitar uma revisão, sua nota pode ser aumentada, diminuída ou mantida” como uma ameaça ou um desincentivo. Eles acreditam que esse processo se alinha a uma lógica hierárquica própria das instituições militares, devendo ser compatível com a representação de uma hierarquia de comando na Universidade. Essa visão pode deslegitimar o trabalho da primeira correção. Quando pedem revisão, os alunos tendem a pensar que, por serem avaliados por outra pessoa, essa nova avaliação terá mais peso do que a primeira, como se estivessem buscando um privilégio, e não exercendo um direito. Ou seja, ao solicitar a revisão de nota, acreditam que alguém com mais poder do que o primeiro corretor pode atribuir uma nota maior.

A busca por tratamento especial ou privilégios, também se manifesta nos pedidos de explicações sobre temas específicos, que muitas vezes não são compartilhadas com os colegas. Além disso, surgem questionamentos sobre como vários alunos de uma mesma disciplina podem receber notas idênticas, mesmo sendo diferentes entre si. Essa situação ocorre porque as provas são corrigidas por comparação. Assim, quando muitas notas são iguais, isso indica que, independente de serem altas ou baixas, a turma está em um mesmo nível de aprendizagem.

A disciplina é um princípio de obediência. A disciplina indica a forma e a intensidade da obediência dos subordinados em relação aos seus superiores, assegurando que a hierarquia seja obedecida, respeitada e temida.

Na universidade, no entanto, a noção de disciplina tem a ver com o respeito às regras da instituição, que orientam as interações entre professores, funcionários e alunos. Nesse contexto, a disciplina está ligada às formas que os alunos desenvolvem para aprenderem e compreenderem cada conteúdo (GERALDO; KANT, 2015).

No relato do aluno flagrado colando, seu arrependimento surgiu do receio de que o curso informasse sua instituição profissional sobre o ocorrido. Ele temia as possíveis sanções que a instituição militar poderia impor, como prisão administrativa ou até mesmo a exclusão, por exemplo.

A instituição da polícia militar utiliza o corpo como um objeto de punição, restringindo a liberdade dos policiais. A disciplina é ensinada dentro dessas instituições por meio de sanções que afetam tanto o corpo quanto a liberdade do indivíduo. A pena para descumprimento de diversas regras inclui a prisão por um determinado número de dias, afastando o policial de sua vida social, da família e de sua liberdade. Dessa forma, seu corpo é afastado de tudo isso (SILVA, 2011).

A disciplina, no contexto militar, é entendida como obediência às ordens. Dessa forma, as instituições impõem essa obediência de acordo com a hierarquia, sendo sustentada pelo medo e respeito às sanções. Essas sanções não se restringem a punições administrativas, como a prisão ou a transferência para uma unidade distante do domicílio, mas também são marcadas pela imprevisibilidade e arbitrariedade em sua aplicação, que podem ser motivadas por diversas razões, como atrasos na apresentação, falta de fardamento adequado ou até perseguições assediadoras por parte de superiores hierárquicos.

O corpo representa uma expressão da cultura que internalizamos; a disciplina corporal dentro do militarismo é um reflexo da cultura construída nas instituições. Assim como podemos diferenciar um francês de um inglês pela maneira como se sentam, conseguimos identificar um militar pela forma como anda, se porta e se relaciona com os

outros, criando seus próprios *habitus*. (MAUSS, 2003). Abaixo, apresento o e-mail de um aluno que entrou em contato com o Curso relatar sua saída:

“boa tarde
sou aluno do curso de tec em seg publica
[nome e matrícula do aluno]
sou policial militar e de cara no primeiro dia de aula presencial já estou sendo perseguido!
durante a semana procurei minha chefia informando sobre minha matrícula no curso e avisei a quem de direito sobre a aula presencial
dia e horário.
pois bem quando cheguei no trabalho já fui avisado que estava no atraso.
isto é, vou responder uma portaria e com grande chance de ser punido.
respeitosa e sinceramente a continuar assim fatalmente deixarei o curso.
desculpe o desabafo mas como respeitar e tratar com civilidade se não sou tratado com dignidade por meus superiores.”[sic]

Em resumo, as sanções no ambiente acadêmico não recaem sobre o corpo, mas sim sobre a vida administrativa do aluno. As sanções podem incluir suspensão, repreensão, expulsão, todas de natureza administrativa. Vale destacar que, mesmo após a expulsão, o aluno ainda pode frequentar a universidade; ele apenas deixará de ser considerado um aluno formalmente..

Nesta relação de obediência, a polícia deveria ter o papel de difundir o cumprimento às regras na sociedade, porém a mesma não está preparada para aderir a regras. A disciplina na instituição militar trás consequências ao corpo, criando, no indivíduo, medo, tanto por não respeitar as regras quanto por não ser disciplinado. Logo, a transferência interna dessa noção para o universo acadêmico não faz nenhum sentido, já que nenhuma sanção deve ou pode recair sobre o corpo.

Na universidade, a disciplina está relacionada ao respeito às regras e normas instituídas, além de promover um modo de pensar orientado e balizado, pois os alunos aprendem a organizar suas ideias de forma consensual.

Os tutores devem corrigir as atividades com clareza, explicando e anotando as observações sobre como entender as questões e produzir as respostas embasadas no material didático do curso. Contudo, como mencionado na carta anteriormente citada, a desconfiança relativa aos corretores produz os frequentes deboches aos professores e tutores,

deslegitimando sua autoridade. Essa reação está associada à dificuldade de adaptação às regras de meritocracia e disciplina da universidade, por oposição às regras da caserna (SILVA, 2011).

A dificuldade em compreender o significado civil da disciplina na universidade leva muitos alunos a enxergarem a faculdade como uma “bagunça”, sem regras explícitas, o que resulta em uma vitimização em inúmeras circunstâncias.

Os coordenadores de disciplina têm como atribuição lançar as notas das avaliações, dentro do prazo estabelecido. Quando isso não acontece, é comum que os alunos entrem em contato, por meio de telefonemas e muitos e-mails, para cobrar o lançamento das notas, reforçando a percepção de desorganização na universidade.

O atraso do lançamento das notas tem a ver com o compartilhamento da função de correção entre várias pessoas envolvidas. Embora isso não justifique a demora, é importante considerar que os professores estavam se adaptando às rotinas da educação a distância e lidando com múltiplos calendários letivos. No caso do corpo docente do Tecnólogo, muitos coordenadores lecionam em disciplinas a distância, além de atuarem em cursos presenciais de bacharelado presencial, especialização, mestrado e doutorado. Abaixo, apresento uma das demandas recebidas acerca dos prazos:

“Adoraria poder fazer essa avaliação, mas pelo visto o curso de segurança pública está tão abandonado, que nem na lista de cursos que podem estar sendo avaliados nos estamos presentes.

Tenho sentido um descaso enorme com relação ao curso de **Tecnólogo de Segurança Pública e Social**, não sei o porque, mas o sofrimento é constante com falta de material, publicações de notas atrasadas que nos forçam a ter que realizar outras provas por medo da reprovação e entre outros problemas que vem ocorrendo desde o início do curso, sinceramente as vezes me pergunto se nos querem aqui.

Pela didática que o curso tem, temos que ampliar nossos horizontes buscando dar uma resposta justa e dentro dos moldes constitucionais que visam preservar a garantia e os direitos do cidadão, mas acho que quando é a nossa vez, alunos do curso de segurança pública e social, na sua maioria integrantes das polícias do nosso Estado, não tem esse mínimo necessário para o aperfeiçoamento de nossa profissão e nos deparamos mais uma vez com o descaso da lei em nossas vidas.

Desculpe, mas é o desabafo deste que encontrou na educação uma forma de se libertar das correntes do sistema, mas que se vê preso ao elo do descaso social em que foi a vida inteira de negro e pobre, assolado pelas circunstâncias.

Mais uma vez me vejo vítima do sistema injusto que quero aprender como acabar de uma vez por todas através deste curso e nesta faculdade.

Muito respeitosamente,

[nome do aluno]" (sic)

O aluno busca constantemente, em suas demandas, sentir-se acolhido. Uma vez que dentro de sua instituição ele deve obediência ao seu superior hierárquico, ao se envolver com outras instituições que possuem práticas e moralidades distintas, projeta as regras já instituídas em seu "habitus" (MAUSS, 2003), procurando semelhança entre elas.

Além disso, o castigo sobre o corpo é um tema que reforça a disciplina nas academias policiais, sendo o autoritarismo embutido na figura da autoridade responsável por criar um ambiente de medo, no qual todos são levados a respeitar as regras. No Brasil, autoritarismo e militarismo são intrínsecos (DA SILVA, 2014).

Ademais, em uma visita acadêmica ao polo de Itaperuna, o Coordenador do Curso questionou aos alunos sobre quantos já haviam feito alguma reclamação em suas instituições profissionais. Ninguém levantou a mão, e todos riram da ideia, temendo perseguições. Essa experiência evidencia que a disciplina ensinou os alunos a serem contidos até na hora de reclamar; existem regras explícitas para isso, e o descumprimento pode resultar em punições. Por fim, na universidade, a imagem de autoridade está vinculada ao conhecimento e às experiências acadêmicas de pesquisa e administrativas de cada ator, atribuindo-lhes qualidades de uma autoridade pedagógica. Essa autoridade relaciona-se à disciplina necessária para compreender e dominar suas funções dentro do organograma universitário. Em contraste, nas instituições militares, a autoridade está vinculada na obediência às regras, onde o autoritarismo é uma exigência para manter a disciplina. Assim, enquanto na universidade a autoridade é legítima para fazer cumprir as normas, na esfera militar essa legitimidade é construída sobre a submissão às regras do comando.

O contraditório, a culpa e a responsabilidade

Invertendo a lógica da autoridade do argumento para o argumento de autoridade (KANT, 1999), o aluno divulgou sua carta em busca de uma outra autoridade que mediasse o conflito e legitimasse seu ponto de vista. Dito isso, recorrer à lógica do contraditório nas

instituições jurídicas é não só legítimo, mas também representado como uma prática democrática. Ocorre, porém, que a lógica do contraditório se desenrola somente quando há o desacordo infinito entre duas partes, fazendo-se então necessário que um terceiro, dotado de autoridade, encerre o conflito, em favor de uma das partes.

No entanto, dentro da universidade, essa lógica não é bem vista, uma vez que o diálogo entre as partes é livre e a hierarquia horizontal. Não utilizar o diálogo como ferramenta para resolução de conflitos vai contra os princípios de comunicação da instituição. Quando há oportunidade de dialogar e ambas as partes podem sair ganhando, recorrer a tentativas de deslegitimar a outra parte por meio de um intermediário ignora esses princípios. É preferível construir, em conjunto, um consenso entre as partes, assim, de modo que ambas cheguem a um acordo sobre o resultado da administração do conflito.

Outro ponto importante mencionado na carta diz respeito à identidade do policial. A personalidade de uma pessoa reflete em suas decisões e opiniões. Mas ainda assim, se todos vivessem em um mundo de achismos, os argumentos não seriam baseados no saber, mas sim no poder. Para entrar na infinita dinâmica da lógica do contraditório, é preciso que uma parte tenha mais poder para legitimar sua posição. Dessa forma, a discussão não se basearia no conhecimento, mas na capacidade de decidir quem está certo ou errado. Nas ciências sociais, não é tolerável entrar em embates argumentativos baseados em achismos, opiniões pessoais ou declarações simplistas de que “isso está certo e isso está errado”. Nas ciências humanas, a argumentação deve ser fundamentada em pesquisas empíricas. Portanto, quando se argumenta com base do contraditório, estamos desconsiderando todo o conhecimento construído, pesquisado e estudado até então.

Isso não implica que sua opinião não tenha valor, mas a argumentação precisa se orientar pelos conhecimentos reconhecidos pela comunidade acadêmica, baseados em pesquisas empíricas, multidisciplinares e comparativas. Nesse contexto, a anotação do tutor feriu a moral do policial, sendo entendida como uma desconsideração de sua condição de militar, ou seja, um insulto moral que, mesmo não sendo contemplado na dimensão jurídica do direito legal, pode gerar uma “retórica do ressentimento” (OLIVEIRA, 2002).

Conclusão

O presente capítulo teve o intuito de explicitar o confronto entre duas moralidades próprias: a do universo da instituição militar e a da universidade. A experiência que tive em um ano de trabalho na secretaria do curso me fez perceber que essa convivência merecia atenção. Por isso, realizei esta pesquisa por meio de observação participante. Busquei analisar a relação da universidade com o consórcio que apoia a criação dos cursos semi-presenciais, bem como o funcionamento e as particularidades desse modelo de ensino.

O curso de Tecnólogo não se limita apenas a ensinar conteúdos; seu objetivo é fomentar discussões e desconstruções das concepções comuns sobre as práticas dos agentes. O exercício do estranhamento, tanto interno quanto externo, gera reflexões ricas e promove maneiras cooperativas de lidar com diversos temas.

Totalizando, a socialização civil-militar no âmbito de ensino é marcada por diferentes noções de disciplina e hierarquia, sendo estas marcas da construção da história militar (DA SILVA, 2014). O estranhamento que os alunos experienciam em relação a universidade evidencia as descontinuidades na convivência civil-militar. Nesse sentido, a hierarquia, juntamente com a disciplina, representa pilares das instituições militares. Portanto, quando a hierarquia é apresentada de forma explícita, causa estranheza, uma vez que a sociedade brasileira tem a tradição de deixar seus conflitos implícitos.

Bibliografia:

BIELSCHOWSKY, Carlos Eduardo. Qualidade na educação superior a distância no Brasil: onde estamos, para onde vamos?. Revista EaD em Foco, v. 8, n. 1, e709, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.18264/eadf.v8i1.709> (bibliografia inserida em revisão realizada em 2018).

DA SILVA, Jorge. Militarismo. In: SANSONE, Lívio; FURTADO, Cláudio (Org.). *Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa.* Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia - EDUFBA, 2014. p. 349 - 362.

DAMATTA, Roberto. Você sabe com quem está falando? In: *Carnavais, malandros e heróis.* Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir. História da violência nas prisões.* Petrópolis: Vozes, 1977.

GARELLI, Mônica. Percepção do Aluno Sobre a Qualidade de Disciplinas Oferecidas na Modalidade a Distância: Construção de um Modelo Baseado na Servqual. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Gestão) - Universidade Federal Fluminense, 2013.

GERALDO, Pedro Heitor Barros; KANT, Roberto de Lima. Administração de Conflitos em Perspectiva Comparada. In: 39º Encontro Anual da Anpocs, 2015.

KANT, Roberto de Lima. Polícia, Justiça e Sociedade no Brasil: Uma Abordagem Comparativa dos Modelos de Administração de Conflitos no Espaço Público. In: *Revista de Sociologia Política*, n. 13, p. 23-38, nov. 1999.

KANT, Roberto de Lima. *A Antropologia da Academia. Quando os índios somos nós*. 2ª ed. rev. e aument. Niterói : EDUFF, 1992. vol. 9.

KANT, Roberto de Lima. *A polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

KANT, Roberto de Lima. *Ensaio de antropologia e de direito: acesso a justiça e processos institucionais de administração de conflitos e produção da verdade jurídica em uma perspectiva comparada*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

SILVA, Agnaldo. Praça Velho: um estudo sobre a socialização policial militar. Monografia apresentada na Universidade Federal de Goiás.

SILVA, Robson Rodrigues. *Entre a caserna e a rua: o dilema do “pato”*. Niterói: EDUFF, 2011.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 399-422.

Sites consultados:

CEDERJ. Disponível em: <http://cederj.edu.br/fundacao/sobre/>. Acesso em: 10 jan. 2016.

InEAC. Disponível em: www.uff.br/ineac. Acesso em: 20 jan. 2016